

## CHINA E EUA

# Brasil exportará mais com guerra de tarifas

A crescente tensão comercial entre as duas maiores economias mundiais Estados Unidos e China pode criar oportunidades para o Brasil expandir suas exportações, principalmente de produtos agropecuários. A opinião é do secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária,

Luis Rua. “Não só soja, como qualquer outro produto agregado”, comentou o secretário durante a entrevista coletiva que concedeu ontem, e na qual fez um balanço das ações ministeriais para promover as exportações agropecuárias nacionais. Questionado sobre as eventuais oportunidades da guerra tarifária deflagrada

pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Rua lembrou que cerca de 30% de toda a carne de aves que a China importa vem dos Estados Unidos, que também respondem por algo entre 16% e 18% da carne suína e 8% da carne bovina que os chineses consomem anualmente. **PÁGINA 2**

## ENERGIA

TOMAZ SILVA/ABRASIL



## Castro negocia instalação de empresa chinesa no RJ

O governador Cláudio Castro (foto) se reuniu, ontem, com executivos da Envision Energy para discutir e incentivar - por meio de benefícios tributários e apoio com infraestrutura - a instalação da empresa chinesa no estado do Rio. A multinacional planeja desenvolver soluções de baixo carbono para os setores da aviação e navegação. O encontro aconteceu em Xangai, na China. “O Governo do Rio reconhece e valoriza empresas como a Envision, que combinam inovação tecnológica com compromisso ambiental. Vamos acompanhar de perto, para garantir que esse projeto avance com segurança e agilidade”, afirmou o governador. Segundo Castro, investimentos como os que a multinacional realiza geram empregos qualificados, fortalecem a infraestrutura verde e consolidam o Rio de Janeiro como um hub de tecnologias limpas na América Latina. **PÁGINA 7**

## PRIMEIRA TURMA

# STF torna réus 6 denunciados pela 'gerência' da trama golpista

Em votação unânime, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu ontem, a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) que atribui a “gerência” do plano de golpe a seis auxiliares que fizeram parte do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Com a decisão, o grupo vai responder a um processo penal por cinco crimes - organização criminosa armada, golpe de estado, tentativa de abolição violenta do estado democrático, deterioração de patrimônio tombado e

dano qualificado contra o patrimônio da União. Os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin votaram para tornar réus todos os denunciados do núcleo dois do golpe. “Nunca é demais nós recordarmos que o Brasil sofreu uma tentativa de golpe. Obviamente cada um dos denunciados terá toda a ação penal para provar que ele não participou, mas não é possível negar que houve no dia 8 de janeiro de 2023 a tentativa de golpe de estado. **PÁGINA 8**

## VATICANO

/ABRASIL



# Velório aberto do Papa começa hoje e funeral será no sábado

Nesta quarta-feira, o caixão com o corpo do Papa Francisco (foto) será trasladado da capela da Casa de Santa Marta para a Basílica de São Pedro, onde fiéis poderão despedir-se do pontífice. As informações foram divulgadas pelo Vaticano. Em nota, a Santa Sé informou ainda os horários para visitação de fiéis à Basílica de São Pedro: na quarta-feira, das 11h à meia-noite; na quinta-feira (24), das 7h à meia-noite; e na sexta-feira (25), das 7h às 19h. O funeral de Francisco foi agendado para o próximo sábado (26), a partir das 10h, na própria Basílica de São Pedro. De lá, o caixão contendo o corpo será levado para a Basílica de Santa Maria Maior, onde será sepultado, conforme pedido do pontífice. A cerimônia, conhecida como Missa de Exéquias, marca o primeiro dia do Novendiali ou nove dias de luto e orações em honra ao Papa. A celebração, no átrio da basílica, será presidida pelo cardeal Giovanni Battista Re, decano do Colégio Cardinalício. Ao final, ocorrerão os ritos da Última Commendatio e da Valedictio — despedidas solenes que marcam o encerramento das exéquias. **PÁGINA 8**

## ABRIL

## Balança tem superávit de US\$ 1,512 bi na 3ª semana

**PÁGINA 2**

# Francisco reuniu 3,7 milhões no Rio em 2013

O Papa Francisco, nascido na Argentina, manteve uma relação de proximidade com o Brasil. Em julho de 2013, a primeira viagem apostólica de Francisco foi ao Brasil. Ele veio ao país por ocasião da 28ª Jornada Mundial da Juventude (JMJ), o primeiro evento do tipo em um país de língua portuguesa e o segundo na América do Sul. O evento foi realizado no Rio de Janeiro. A JMJ teve como palco principal a praia de Copacabana. Dados oficiais estimaram um público de 3,7 milhões

de pessoas durante a Missa de Envio no último dia do evento, 28 de julho. Além disso, durante o seu papado, foram muitas referências ao país com mais fiéis católicos no mundo, como o dia em que ele disse, brincando, que “Deus é brasileiro”. Jorge Mario Bergoglio morreu na madrugada de segunda-feira, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC) e por insuficiência cardíaca. Ele tinha 88 anos e ocupou o cargo máximo da Igreja Católica por 12 anos. **PÁGINA 7**

## INDICADORES

IBOVESPA 0,63% / 130.464,38 / 814,35 / Volume: 18.411.888.016 / Negócios: 3.717.234				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,34% (mar.)	EURO turismo	Compra: 6,6441	Venda: 6,8241					
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,56% (mar.)	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,7496	-1,82%			
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Taxa Selic	(19/03)	CDI	(19/03)	13,25%	DÓLAR comercial	Compra: 5,7272	Venda: 5,7278		
HAPVIDA ON NM	2,21	+2,31	+0,05	MELJUZ ON NM	4,530	+16,75	+0,650	REAGINVEST ON ECS NM	3,510	-20,41	-0,900	NASDAQ Composite	16.300,418	+2,71	DÓLAR turismo	Compra: 5,7701	Venda: 5,9501
COGNA ON ON NM	2,60	+6,12	+0,15	GAFISA ON NM	1,74	+10,83	+0,17	PARANAPANEMAON NM	2,03	-7,73	-0,17	Nasdaq 100	18.276,406	+2,63	EURO Comercial	Compra: 6,5406	Venda: 6,5413
PETROBRAS PN EDR N2	30,92	+0,23	+0,07	MOBYL ON NM	1,150	+10,58	+0,110	CEMEPE PN	3,70	-6,33	-0,25	Euronext 100	1.461,82	+0,34			
AMBEV S/A ON	14,02	+0,14	+0,02	HELBOR ON NM	2,18	+9,55	+0,19	ALPHAVILLE ON NM	1,950	-6,25	-0,130	CAC 40	7.326,47	+0,56			
MAGAZINE LUIZA ON NM	10,14	-0,59	-0,06	COPEL PNA N2	11,00	+9,45	+0,95	MINUPAR ON	25,40	-5,19	-1,39						

## MERCADOS



## Bolsa recupera nível dos 130 mil pontos com NY; dólar recua 1,3%

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu menos do que os índices de Nova York, que avançaram mais de 2% em um movimento de recuperação, mas o Ibovespa (Índice Bovespa) conseguiu retomar o nível dos 130 mil pontos que não era visto desde o dia 3 de abril e passou a acumular uma valorização de 0,16% no mês. O movimento foi atribuído a fatores técnicos - inclusive, o giro financeiro ficou abaixo da média, após retorno do feriado.

O Ibovespa fechou em alta de 0,63%, aos 130.464,38 pontos, acumulando avanço de 0,16% no mês de abril. O giro financeiro totalizou R\$ 17,9 bilhões, abaixo da média diária de cerca de R\$ 23 bilhões.

Lemos, do Fator, menciona ainda que grande parte do fluxo é local, principalmente de empresas brasileiras. Relatório do Itaú BBA aponta que há R\$ 89 bilhões em programas de recompra abertos, de 109 companhias.

Isto porque o fluxo estrangeiro minguou neste mês, devido aos ruídos em torno da política tarifária do presidente

dos Estados Unidos, Donald Trump - com riscos de maior inflação e desaceleração econômica global. A retirada de R\$ 10,885 bilhões em recursos externos em abril até o dia 16 zerou a entrada de R\$ 10,642 bilhões que havia sido conquistada no primeiro trimestre de 2025.

## DÓLAR

O dólar apresentou queda firme na sessão de ontem, a primeira após o feriado prolongado de Páscoa e Tiradentes, e fechou abaixo do nível de R\$ 5,75. O dia foi marcado por enfraquecimento da moeda americana em relação a divisas emergentes, impulsionadas pela valorização de commodities, em especial do petróleo, e pelo apetite ao risco no exterior.

Com mínima a R\$ 5,7184 à tarde, o dólar à vista encerrou o pregão em queda de 1,3%, a R\$ 5,7284 - menor valor de fechamento desde 3 de abril (R\$ 5,6281), sessão seguinte ao anúncio do tarifaço pelos EUA, chamado por Trump de "Dia da Libertação". Apesar do tombo de ontem, o dólar ainda apresenta leve alta no mês (0,4%).

## GUERRA COMERCIAL

# Tarifas entre EUA e China vão ampliar exportações do Brasil

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A crescente tensão comercial entre as duas maiores economias mundiais — Estados Unidos e China — pode criar oportunidades para o Brasil expandir suas exportações, principalmente de produtos agropecuários. A opinião é do secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, Luis Rua.

"Não só soja, como qualquer outro produto agregado", comentou o secretário durante a entrevista coletiva que concedeu ontem, e na qual fez um balanço das ações ministeriais para promover as exportações

agropecuárias nacionais.

Questionado sobre as eventuais oportunidades da guerra tarifária deflagrada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Rua lembrou que cerca de 30% de toda a carne de aves que a China importa vem dos Estados Unidos, que também respondem por algo entre 16% e 18% da carne suína e 8% da carne bovina que os chineses consomem anualmente.

"Óbvio que, com os EUA saindo deste mercado (chinês), o Brasil se coloca à disposição. Lógico, existem outros players (concorrentes) mas, talvez, nem todos tenham a escala que o Brasil possui para poder apoiar (a China)", comentou Rua, ale-

gando que o resultado final, para os exportadores, "dependerá do apetite chinês" pelos produtos brasileiros.

"Nos dias atuais, com tudo o que estamos vendo, poucas geografias do mundo têm a condição de entregar o que o Brasil entrega com os mesmos atributos. Porque o Brasil consegue ter um produto com qualidade, competitividade, sustentabilidade e sanidade, já que é livre de todas as doenças de notificação obrigatória para qualquer produto de origem animal e tem uma situação fitossanitária muito privilegiada", acrescentou o secretário.

Rua ainda assegurou que, apesar de China e Estados Uni-

dos ameçarem impor sanções às nações que negociarem unilateralmente com o oponente comercial, o Brasil seguirá "falando com todos os países".

"Temos dito que, nesta disputa entre duas grandes superpotências, cabe-nos o papel de sermos um promotor da geopolítica da paz. E é isso que faremos. Seja [negociando] com os EUA, com a China ou com qualquer outro país. O Brasil fala com todos os países e continuará falando. Não alteramos nossa estratégia", concluiu o secretário, afirmando ainda ser cedo para mensurar o impacto das tarifas adicionais que os Estados Unidos impuseram aos produtos brasileiros.

## COMÉRCIO EXTERNO

## Balança tem superávit de US\$ 1,512 bi na 3ª semana de abril

AMANDA PUPO/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,512 bilhão na terceira semana de abril. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados

nesta terça-feira, 22, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 6,136 bilhões e importações de US\$ 4,624 bilhões.

No mês, o saldo é de US\$ 4,563 bilhões e, no ano, o superávit acumulado é de US\$ 14,545 bilhões.

Até a terceira semana de abril, a média diária das expor-

tações registrou alta de 5,3% em relação à média diária do mesmo mês de 2024. O resultado se deu devido ao crescimento de US\$ 19,89 milhões (5,4%) em Agropecuária, queda de US\$ 23,46 milhões (-6,9%) em Indústria Extrativa, e alta de US\$ 72,09 milhões (10,8%) em produtos da Indústria de Transformação.

Já as importações tiveram crescimento de 10,5% na mesma comparação, com avanço de US\$ 6,08 milhões (24,4%) em Agropecuária, recuo de US\$ 5,1 milhões (-7,0%) em Indústria Extrativa e aumento de US\$ 103,54 milhões (11,6%) em produtos da Indústria da Transformação.

## ÁREA LIVRE DE AFTOSA

## Chile passará a importar carne suína do Paraná

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O Chile reconheceu o Paraná como zona livre de febre aftosa sem vacinação, o que significa a autorização para importar carne suína de produtores paranaenses. O anúncio oficial deve ser feito hoje, no âmbito da visita da comitiva do presidente chileno Gabriel Boric ao Brasil.

A decisão foi antecipada pelo ministro da Agricultura chileno, Esteban Valenzuela.

"Reconhecemos que o Paraná está livre de febre aftosa e, portanto, poderemos receber carnes deste estado muito importante do sul do Brasil", anunciou Valenzuela, nas redes sociais.

De acordo com o ministro chileno, a iniciativa é parte dos esforços para reforçar as relações comerciais entre os dois países, fortalecendo o comércio de produtos agropecuários. Ele informou ainda que as autoridades chilenas seguem negociando a compra de carne com representantes de outras unidades federativas brasileiras que atendam às exigências fitossanitárias impostas pelo Serviço Agrícola e Pecuário (SAG) do Chile.

O reconhecimento chileno é uma demanda antiga dos frigoríficos paranaenses, conforme o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil, Luis Rua.

"Este é um pleito muito antigo do estado [Paraná] [...] e, logo, logo, as empresas paranaenses deverão estar exportando carne suína para o Chile", comentou Rua, classificando como "muito importante" o anúncio.

Em 2024, o estado foi o terceiro maior exportador de carne suína entre as unidades federativas livres de aftosa.

De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (Abpa), no ano passado, as exportações de carne suína (considerando produtos in natura e processados) totalizaram 1,352 milhão de toneladas. O resultado, 10% superior ao de 2023, estabeleceu um novo recorde para o setor, que obteve cerca de US\$ 3,03 bilhões com as vendas externas.

Do volume total de carne suína exportada, o Paraná respondeu com 185,5 mil toneladas, ficando atrás apenas de Santa Catarina (730,7 mil toneladas) e Rio Grande do Sul (289,9 mil toneladas).

## MEL CHILENO

Em contrapartida à decisão do Chile, o Brasil abriu seu mercado para compra de mel chileno.

"Há uma grande notícia para nosso [chileno] setor apícola. O Brasil decidiu autorizar o ingresso [em território brasileiro] de nossas exportações de mel", acrescentou Esteban Valenzuela.

## FEBRE AFTOSA

Desde 2021, a Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa), principal autoridade mundial em saúde animal, reconhece o Paraná como um dos estados brasileiros livres de febre aftosa sem vacinação, ao lado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e partes do Amazonas e do Mato Grosso. Na ocasião, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) celebrou o fato apontando que o reconhecimento internacional "coloca o Paraná em um outro patamar, permitindo-o acessar mercados que pagam mais pelos produtos com essa chancela de qualidade."

## PERIFERIAS

## BNDES destina R\$ 135 mi a ações sociais e ambientais em favelas

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai dar mais apoio a projetos sociais e ambientais desenvolvidos em favelas ou comunidades de todo o país. Para isso, o banco anunciou ontem, na capital paulista, orçamento de R\$ 135 milhões para novos editais e duas novas frentes do programa BNDES Periferias.

Uma das novidades é o lançamento de dois editais que vão selecionar parceiros executores do BNDES Periferias Fortes, visando ao fortalecimento de organizações sociais que atuam em comunidades e regiões periféricas das regiões Norte e Nordeste do país. Cada um desses editais prevê R\$ 17,5 milhões.

O banco anunciou também R\$ 50 milhões para a nova frente do BNDES Periferias Verdes, que apoia projetos de recuperação, conservação e preservação ambiental com foco na inclusão produtiva da população local com ações de economia circular, agricultura urbana e resiliência climática. Essa frente foi incluída na terceira chamada do BNDES Periferias, que está com inscrições abertas até o dia 30 de maio.

Além disso, serão destinados R\$ 50 milhões a projetos das frentes Polos BNDES Periferias e BNDES Periferias Empreendedoras. A chamada em curso vai alterar o percentual de contrapartida de 50% para 10% para

entidades sem fins lucrativos não empresariais e sem acesso a recursos recorrentes.

"Estamos com o processo de seleção da primeira e segunda chamadas do BNDES Periferias e abrindo agora essa terceira chamada, que anunciamos hoje. E a grande novidade é o BNDES Periferias Verdes", informou Tereza Campello, diretora Socioambiental do BNDES. "O Periferias Verdes entra com toda uma agenda climática: pode-se fazer horta e também ações de prevenção do ponto de vista de mudanças climáticas."

Segundo Tereza, o programa demonstra que o BNDES "ousou ao tomar essa iniciativa", voltando-se para esses territórios. "Todo mundo, quando olha para o BNDES, olha para um banco voltado para indústria e para inovação, e a gente agora inova, mostrando que pode chegar às periferias."

No evento de lançamento, o secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, Guilherme Simões (foto), citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do DataFavela, segundo os quais aproximadamente a metade dos 16 milhões de brasileiros que vivem em favelas e comunidades urbanas se autointitulam empreendedores. No entanto, seis em cada dez deles não tem formalização.

"Esses números demonstram um pouco a capacidade e o po-

JOEDSON ALVES/ABRASIL



tencial econômico, hoje subutilizado, dessas regiões do nosso país", disse.

Para o secretário, iniciativas como essa do BNDES não são apenas uma forma de reparação histórica, mas demonstram que há um potencial econômico, político e cultural dentro desses territórios. "Isso não é apenas uma iniciativa de pagamento de uma dívida [histórica] ou, o que quer que seja, mas é justamente a leitura mais racional, mais objetiva e mais assertiva sobre o papel das periferias no desenvolvimento econômico do nosso país", reforçou.

O tesoureiro da União dos Núcleos, Associação dos Moradores de Heliópolis e região (Unas), José Geraldo de Paula Pinto, disse à reportagem da Agência Brasil que considera a iniciativa do BNDES um pontapé inicial e que poderia, inclusi-

ve, inspirar os bancos privados. "Eu acho que [a iniciativa] está provocando [um debate] e tende a melhorar", disse ele. "É um desafio conseguir a contrapartida com a iniciativa privada, mas eu acho que isso já é um avanço", afirmou.

Mas o tesoureiro da Unas ressalta que é possível fazer mais. "É preciso um projeto direto com os moradores. Se entregar os recursos para os mais pobres, eles vão saber administrar".

## BNDES PERIFERIAS

O programa BNDES Periferias foi lançado em março de 2024 para apoiar projetos que fomentem o empreendedorismo em territórios periféricos. Segundo o banco de fomento, as duas primeiras chamadas públicas, que receberam aportes de R\$ 50 milhões do BNDES cada, somaram 101 propostas inscritas, das quais 17 prosseguiram para a fase de análise.

Além do BNDES Periferias Verdes e do BNDES Periferias Fortes, a iniciativa atua em mais duas frentes: Polos BNDES Periferias, que apoiam projetos voltados à construção ou revitalização de polos adaptáveis em territórios periféricos, e o BNDES Periferias Empreendedoras, direcionado a apoiar empreendedores, prioritariamente mulheres, jovens e população negra, por meio de ações de capacitação, mentoria e aporte de capital semente.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

## REMOÇÃO

# Estado inicia mudanças de famílias da Favela do Moinho

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação iniciou ontem a mudança de famílias da Favela do Moinho. O reassentamento da comunidade é uma ação para levar dignidade e segurança a essa população, que vive sob risco elevado e em condições insalubres. No primeiro dia, foram realizadas 10 mudanças.

Felício Ramuth, governador em exercício de São Paulo, destacou que a atuação da gestão estadual e o diálogo com as famílias da comunidade têm sido constantes. “As ações fazem parte de um esforço de mais de um ano da CDHU e da SDUH. Hoje, iniciamos esse processo para oferecer dignidade a essas famílias que vivem em condições insalubres e de insegurança. Esse é um trabalho iniciado hoje que, ao longo dos dias, seguirá a mesma linha”, explicou.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco, falou sobre a necessidade de, além de diminuir o déficit, oferecer moradias dignas e seguras à população. “Desenvolvimento urbano e o desenvolvimento humano caminham de forma conjunta. Não podemos olhar apenas números e dizer qual é o déficit habitacional sem saber onde e como essas pessoas estão vivendo”, conta. “Não podemos ter pessoas vivendo em condições subumanas e de risco, com crianças vivendo em lugares insalubres, com escorpião, umidade e esgoto a céu aberto. Por isso, baseamos essa intervenção”.

Marcelo disse, ainda, que o atendimento habitacional está todo estruturado. As famílias que aderirem terão apoio da CDHU até chegarem às moradias definitivas, escolhidas por elas próprias entre as opções apresentadas. “Temos tudo muito consolidado, com imóveis que vão ser entregues a partir de agora e ao longo dos próximos meses. Em nossa opinião, é muito mais saudável essas pessoas viverem em aluguel momentaneamente para, posteriormente, assumirem o imóvel que escolheram, onde gostariam de começar sua nova etapa de vida”, concluiu.

A oferta de moradia, feita pela CDHU, já conta com a adesão de 719 famílias, de um total de 821, o que representa 87%. Destes, 558 já estão habilitados, ou seja, já estão aptos a assinar contratos e receber as chaves assim que as unidades estiverem prontas. Os outros 161 precisam apresentar documentos adicionais.

O reassentamento é necessário porque os moradores estão expostos a alto risco caracteriza-

do pela localização, entre linhas de trens e baixa possibilidade de escoamento por ser uma área murada e com apenas uma entrada. A situação é agravada pela alta densidade de moradias e alta incidência de fiação exposta. Tanto que, na última década, foram registrados dois incêndios de grandes proporções que deixaram mortos e centenas de desabrigados.

Além disso, a linha férrea está no mesmo nível da comunidade, expondo as pessoas, principalmente crianças, a risco nos momentos em que os trens passam pelo local. Essa movimentação causa também trepidações e níveis de ruídos acima dos toleráveis durante mais de 18h diárias. Esse conjunto de características inviabiliza a regularização da área.

Aos 74 anos, Josefa Flor da Silva foi uma das moradoras a sair do Moinho ontem. Ela conta que, após 25 anos de muito trabalho e dificuldades, está saindo do local junto com seus dois netos para uma unidade mais segura. “Eles me ofereceram o auxílio aluguel e eu já recebi. Vou para uma casa agora e depois para o meu apartamento definitivo, daqui a três meses, em Itaquera. Eu quero ir embora e descansar. Se tem uma vaguinha para mim, eu vou”, declarou.

Segundo Josefa, a breve provisão de moradia oferecida pela Companhia foi um dos melhores diferenciais, para que ela aderisse à proposta. “Eu não vou ficar esperando três anos para receber meu apartamento. O que eu vou pegar está praticamente pronto, vou aguardar cerca de 45 a 90 dias para pegar a chave”, completou.

## MORADIAS PARA TODOS

Para o reassentamento das famílias, há duas modalidades prioritárias: a Carta de Crédito Associativa (CCA) e a Carta de Crédito Individual. Pelo CCA, o Estado fez um chamamento público ao mercado para receber propostas de unidades que já tenham ao menos as licenças emitidas, estando prontas para iniciar as obras a partir do aporte de recursos. Os empreendimentos podem, também, estar em obras ou, até mesmo, já concluídos. A modalidade acelera o ciclo de produção habitacional, pois já estão vencidas as etapas de obtenção de licenças e alvarás, além da elaboração de projetos.

Pela Carta de Crédito Individual, os cidadãos podem buscar unidades e apresentar para a CDHU, que fará uma avaliação de valor de mercado para seguir com a contratação. Nas duas

modalidades, o valor limite é de R\$ 250 mil para unidades na região central e R\$ 200 mil para outros bairros, com possibilidade também de escolha, pelos moradores do moinho, de escolher moradias em qualquer outra cidade do Estado.

Foi apresentada uma lista com 25 empreendimentos para as famílias. A CDHU ofereceu moradias suficientes para todos que desejam permanecer no centro, pois, há 1.047 unidades na região, nos bairros Campos Elíseos, Vila Buarque, Brás e Barra Funda. Até o momento, 249 famílias optaram por esses apartamentos. Outras 499 unidades estão em bairros de diferentes regiões da cidade, para onde 118 famílias escolheram seus imóveis. Há, ainda, 119 famílias que não indicam unidades para obtenção de carta de crédito.

O financiamento obedece à legislação que rege a política habitacional do Estado. As parcelas mensais são de 20% da renda familiar, sem incidência de juros para aquelas com ganhos de até cinco salários mínimos. Para quem recebe um salário mínimo, o subsídio do Estado chega próximo de 70% do total do valor do imóvel.

Famílias cujas unidades definitivas ainda não estão prontas receberam auxílio mudança, no valor de R\$ 2,4 mil, e auxílio moradia de R\$ 800 a partir do segundo mês. Os valores serão divididos igualmente entre Estado e Prefeitura de São Paulo.

Para chegar nesse estágio, a CDHU iniciou diálogo com a comunidade ainda no ano passado. A primeira reunião com lideranças ocorreu em setembro, quando foi pactuado que a Companhia faria o cadastro de todas a favela. A equipe social permaneceu em campo por 20 dias, incluindo datas aos fins de semana, período em que mapeou todas as moradias do moinho e as famílias que viviam nessas casas. Foram 13 reuniões coletivas, algumas com acompanhamento da Defensoria Pública, advogados destacados pela comunidade, Superintendência do Patrimônio da União e Prefeitura de São Paulo, além de lideranças da comunidade.

O passo seguinte foi a criação de um escritório na Rua Barão de Limeira, próximo à comunidade, para que as famílias pudessem, por conta própria, aderir ao reassentamento oferecido pela CDHU. O endereço facilitou o acesso durante o processo de apresentar os empreendimentos disponíveis, receber a documentação necessária, além de ser um ponto de apoio para tirar eventuais dúvidas. Foram

realizados mais de 2 mil atendimentos individuais.

No espaço, também estão sendo desenvolvidas ações complementares para auxiliar a comunidade sob os pontos de vista social e econômico. Em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), foi disponibilizada uma van por uma semana para atualização cadastral no CadÚnico. A ação resultou em 180 atendimentos e 125 cadastramentos. A manutenção do CadÚnico em dia permite acesso a tarifas sociais de serviços públicos essenciais, bem como a programas assistenciais de transferência de renda, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.

Também em parceria com o município, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), foi realizado um mutirão do CATE, nos dias 9 e 10 de abril, para oferecer 400 vagas de emprego aos moradores do moinho. Também para capacitação profissional, foi realizada uma mentoria da Adesampa (também vinculada à SMDET) para capacitação de microempreendedores individuais (MEIs), com foco tanto na abertura de empresas quanto na qualificação de negócios já existentes. Foram realizados 60 atendimentos.

Também no início de abril, a CDHU realizou uma oficina de capacitação para confecção de bijuterias, em parceria com uma designer de joias. Houve adesão de 12 pessoas do moinho. Outras parcerias serão realizadas para auxiliar a comunidade.

## PARQUE DO MOINHO

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) planeja requalificar toda a área da Favela do Moinho, localizada nos Campos Elíseos, região central da capital paulista. Está prevista a implantação do Parque do Moinho, ao longo do trajeto de intervenção, como forma de devolver o espaço público para a cidade e impedir novas ocupações.

Para dar andamento ao projeto, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) pleiteia junto ao Governo Federal a cessão de parte da área da Favela do Moinho pertencente à União para a construção do equipamento público.

A Favela do Moinho surgiu no início da década de 1990. O local antes abrigava uma indústria de processamento de farinha e fabricação de ração Moinho Central, que foi desativada na década de 1980.

Elíseos e Barra Funda.

“Quantidade suficiente para atender todas as famílias da comunidade. As demais 499 unidades estão distribuídas por outras regiões da cidade, como Jaraguá, Vila Matilde, Chácara Califórnia, Ipiranga e Cachoeirinha, entre outros. A escolha da moradia é feita por cada família, conforme suas necessidades e vínculos com a região”, diz o governo em nota.

Ainda de acordo com a gestão estadual, foram oferecidas unidades em 25 empreendimentos para escolha dos moradores, além da possibilidade de irem ao mercado buscar imóveis para financiamento via Carta de Crédito Individual.

“Nos dois casos, as parcelas comprometem 20% da renda familiar, de acordo com a legislação que rege a política habitacional paulista. Para quem recebe um salário mínimo, o subsídio do Estado chega próximo de 70% do total do valor do imóvel”.

## 'O' NEGATIVO

# Fundação Pró-Sangue declara emergência após zerar estoque

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Fundação Pró-Sangue de São Paulo enfrenta uma situação emergencial: o estoque de sangue O negativo está zerado. Outros tipos, como o sangue O positivo e o B negativo, também estão em níveis críticos.

Sem reposição imediata, a entidade afirma que pode haver o cancelamento de cirurgias nas próximas semanas. “Se você tem sangue do tipo O negativo, sua doação é extremamente necessária”, reforça em nota.

A fundação possui cinco postos de coleta localizados em São Paulo, Osasco e Barue-

ri. O sangue coletado é direcionado para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), onde é fracionado e fica aguardando liberação para ser distribuído aos hospitais da rede pública estadual e demais instituições abastecidas pela Pró-Sangue.

## MAIS INFORMAÇÕES

As doações podem ser agendadas pelo site da fundação. Mais detalhes podem ser consultados na página da instituição ou pelos canais de atendimento: telefone (11) 4573-7800, WhatsApp (11) 9-9152-7653 e e-mail faleconosco@prosangue.sp.gov.br.

## ZONA NORTE

# Casa desaba e bebê de 4 meses morre após ser resgatado de escombros

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Uma casa desabou na manhã de ontem, no bairro da Brasilândia, na zona norte de São Paulo. Seis pessoas, inclusive uma bebê de quatro meses, foram retiradas dos escombros pelo Corpo de Bombeiros, segundo a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP). A criança e seu avô foram internados em estado grave. O bebê, entretanto, não resistiu aos ferimentos e morreu horas depois.

O desabamento pode ter sido causado por vazamento de gás seguido de explosão. As causas serão investigadas pela Polícia Civil. A reportagem entrou em contato com a Prefeitura de São Paulo e aguarda retorno.

A casa com dois pavimentos ficava na Avenida Humberto Gomes Maia, número 351. Na parte de cima morava um casal com dois filhos - um menino de 11 anos e a bebê que acabou internada. Na parte de

baixo, morava o idoso que é pai da mulher e avô da criança.

Por volta das 6h20, houve uma forte explosão e o prédio veio abaixo. Acionado, o Corpo de Bombeiros mobilizou equipes e as seis pessoas que estavam sob os escombros foram retiradas com vida. O idoso, com 70% de seu corpo queimado, foi levado para um hospital da região.

A bebê recebeu atendimento no local e foi encaminhada para o Hospital da Brasilândia. A criança foi estabilizada e entubada, segundo o Corpo de Bombeiros. As outras pessoas tiveram escoriações e ferimentos leves.

O Corpo de Bombeiros mobilizou dez viaturas e cerca de 30 agentes para o socorro. Ao menos duas casas vizinhas foram afetadas e vão passar por avaliação pela Defesa Civil. Conforme a SSP-SP, as causas do desabamento serão apuradas em inquérito pela Polícia Civil.

## DEFESA CIVIL

# Governo entrega sirene em áreas de risco

O Governo de São Paulo, por meio da Defesa Civil, está reforçando o sistema de alertas em áreas vulneráveis com a instalação de novas sirenes em municípios da Região Metropolitana e do interior paulista. Ao todo, serão quatro equipamentos, com investimento total de R\$ 1,5 milhão.

Ferraz de Vasconcelos, na Grande SP, será o primeiro município a receber a nova sirene, com entrega ontem. Equipes da Defesa Civil estarão no local, onde a população participa de um treinamento e simulado para acionamento da sirene, quando necessário.

A cidade de Francisco Morato, também na Grande São Paulo, contará com um equipamento do mesmo tipo, com entrega prevista para maio deste ano.

Esses dispositivos são voltados especialmente para o alerta à população em áreas de risco de deslizamento, sendo acionados em caso de necessidade de evacuação imediata.

Ferraz de Vasconcelos passa a contar com sirene de alerta e treinamentos para a população.

Além das sirenes para deslizamento, outras duas cidades do interior - Capivari e São Luiz do Paraitinga - receberão

sirenes com sistema de telemetria de rios, em uma parceria com a SP Águas. Esses equipamentos são direcionados à prevenção de desastres relacionados a cheia dos rios, permitindo o monitoramento em tempo real do nível da água e o acionamento automático de alertas em caso de emergência, permitindo, inclusive, a evacuação da população que estiver na área sujeita à inundação.

A entrega da sirene de São Luiz do Paraitinga está marcada para o dia 26 de abril, data em que o sistema será inaugurado oficialmente.

Essas ações se somam ao esforço contínuo do Estado em fortalecer a cultura de prevenção. Atualmente, São Paulo já conta com 3 sirenes sonoras instaladas em áreas de risco, distribuídas nos municípios de Franco da Rocha, São Sebastião e Guarujá. O sistema integra o Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC) para chuvas intensas, utilizado em regiões com histórico de deslizamentos e inundações.

O objetivo das novas instalações é ampliar a cobertura e garantir que a população receba os alertas de forma rápida e eficiente, contribuindo para a preservação de vidas.

# Governo Tarcísio pretende transformar área da comunidade em parque

O governo de São Paulo iniciou ontem, a remoção das famílias que residem na Favela do Moinho, nos Campos Elíseos, última comunidade ainda de pé no centro de São Paulo. Segundo a gestão estadual, neste primeiro dia, estavam previstas 11 mudanças.

O processo tem sido marcado por diversos protestos desde o final de semana. No final da manhã desta segunda, após impasses, ficou acertada que seria possível fazer a mudança de quatro famílias. A associação de moradores ficou de verificar quais estavam prontas para deixar o local.

A comunidade está localizada entre linhas de trens, em uma área murada, com apenas uma entrada e baixa possibilidade de escoamento. Na última década, foram registrados dois incêndios de grandes proporções que deixaram mortos e centenas de desabrigados. Tais características inviabilizaram ao longo dos anos as

diversas promessas de regularização da área feitas por gestores públicos.

Investigações também apontam que a comunidade é usada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) como uma “fortaleza” para tráfico de droga no centro da cidade. Segundo o Ministério Público do Estado, criminosos utilizam o espaço para vigiar ações da polícia. A comunidade também é tida como refúgio de bandidos e esconderijo de drogas e armas, além de abrigar a sede do “tribunal do crime” da região.

## PROPOSTA DE PARQUE

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) planeja transformar a comunidade, que hoje abriga quase mil famílias, em um parque, além de criar “um polo de desenvolvimento urbano potencializado para a implantação da Estação Bom Retiro”.

A área, entretanto, pertence à

União. Para dar conseguir viabilizar o projeto, é preciso que o governo federal aceite ceder o terreno ao Estado - processo pleiteado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH).

Moradores da comunidade afirmam que as alternativas oferecidas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) têm sido insuficientes, sobretudo para famílias que querem permanecer no centro - há gerações de famílias que cresceram na Favela do Moinho e hoje trabalham ali por perto.

Na semana passada, moradores protestaram em frente à Câmara Municipal. Em nota, a CDHU diz que tem se reunido com lideranças desde o ano passado para apresentar opções de atendimento habitacional.

A gestão estadual alega que disponibilizou mil moradias no centro da capital - em bairros como Brás, Vila Buarque, Campos

Tex Courier S.A.

CNPJ nº 73.939.449/0001-93

Relatório da Administração

Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4% no PIB, superando o desempenho do ano de 2023. Esse desempenho foi influenciado por uma desaceleração no consumo doméstico, resultado do impacto prolongado de altas taxas de crédito e o consumo das famílias. Apesar disso, setores como o agronegócio e a indústria de transformação registraram avanços, enquanto o setor de serviços perdeu força após um período de forte recuperação em 2023. A inflação permaneceu sob controle, mas ainda acima da meta, mantendo o Banco Central cauteloso quanto a cortes mais agressivos na taxa SELIC. Os níveis de emprego continuaram a melhorar, embora o crescimento da renda real foi aquém do esperado, comprometendo o poder de compra. A confiança dos empresários registrou algum avanço, refletindo expectativas moderadas de crescimento. No entanto, ainda há incertezas no âmbito fiscal, especialmente em consequência das reformas econômicas e da sustentabilidade das contas públicas. Apesar dos desafios, crescemos nossas receitas de Transporte, com relevante contribuição das receitas de Cards e Solutions. A Receita Bruta alcançou R\$ 2.129,5 milhões, representando um crescimento de 5% em comparação com o ano de 2023. A Receita Líquida no período cresceu 5% e somou R\$ 1.751,3 milhões. Os custos de serviços prestados, em grande parte representado pelos custos com frete, somaram R\$ 1.341,5 milhões, um aumento de 7%, superando o crescimento das receitas. Como resultado, o Lucro Bruto apresentou queda de 2% e somou R\$ 410,1 milhões no ano de 2024 versus R\$ 417,3 milhões em 2023. O EBITDA atingiu R\$ 242,4 milhões no mesmo período, 1% menor aos R\$ 245,1 milhões registrados em 2023. Em 2024, intensificamos os nossos investimentos em tecnologia, inclusive adquirimos mais um equipamento de automação para ser usado em momentos de grande demanda da operação. Além disso, aumentamos nossa abrangência de entrega e abrimos duas filiais. Todos os investimentos visam melhor atender as necessidades de nossos clientes. As despesas com vendas e administrativas cresceram no período refletindo um aumento na estrutura de pessoal, abertura de novas filiais e dissídio. E o resultado financeiro do período foi uma despesa financeira líquida de R\$ 59,3 milhões, um aumento de 4% versus R\$ 57,0 milhões em 2023. Tal aumento das despesas financeiras líquidas deve-se, em parte, ao aumento de captação de R\$ 70 milhões no ano, e aos encargos dessa dívida 100% indexada ao CDI (a taxa SELIC encerrou o ano em 12,52% a.a.). O lucro líquido foi de R\$ 75,6 milhões, 15% abaixo na comparação com o lucro no ano de 2023 de R\$ 89,5 milhões. O desempenho do ano teria sido melhor não fosse as menores contribuições das receitas do Rio Grande do Sul, impactadas pelo forte fenômeno climático. Encerramos mais um ano com a sensação de dever cumprido. Apesar dos desafios, tivemos um desempenho excelente e com crescimento consistente das nossas receitas. Agradecemos a confiança de nossos clientes e o compromisso de nossos colaboradores, que por mais um ano contribuíram para os excelentes resultados alcançados.

Table with 6 columns: Receita Bruta, 2024, 2023, Variação, 2024, 2023, Variação. Rows include Receita bruta de vendas, Outros redutores da receita, Impostos, Receita líquida de vendas.

Demonstração dos Resultados do Exercício

Table with 6 columns: 2024, 2023, Variação, 2024, 2023, Variação. Rows include Receita líquida de vendas, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, Despesas com vendas, Despesas administrativas, Resultado de equivalência patrimonial, Outras despesas, Lucro operacional antes da depreciação e amortização, Amortização arrendamentos, Depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis, Resultado Financeiro, Receitas, Despesas, Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Correntes, Diferidos, Lucro líquido do exercício, EBITDA.

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with 6 columns: Ativo, 2024, 2023, Variação, 2024, 2023, Variação. Rows include Circulante: Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de clientes, Imposto de renda e contribuição social a compensar, etc.

Demonstrações dos resultados

Table with 6 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais), 2024, 2023, Variação, 2024, 2023, Variação. Rows include Receitas de vendas, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, Despesas com vendas, Despesas administrativas, Resultado de equivalência patrimonial, Outras receitas, Outras despesas, Lucro operacional, Resultado financeiro, Receitas, Despesas, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Correntes, Diferidos, Lucro líquido do exercício, Lucro básico e líquido por ação atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por ação).

Demonstrações dos resultados abrangentes

Table with 6 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais), 2024, 2023, Variação, 2024, 2023, Variação. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do resultado abrangente do exercício.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with 6 columns: Reservas de lucros, Reservas de capital, Ajuste de avaliação de ativos, Distribuição de dividendos, Lucros acumulados, Total do patrimônio líquido. Rows include Saldos em 1º de janeiro de 2023, Constituição do bônus dos serviços de logística (warrants), Constituição de reserva de capital sobre crédito presumido ICMS, etc.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Table with 6 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais), 2024, 2023, Variação, 2024, 2023, Variação. Rows include Atividades operacionais, Lucro líquido do exercício, Ajustes de: Depreciações e amortizações, Amortização de ativos de direito de uso, Baixas líquidas do imobilizado e arrendamentos financeiros, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Tex Courier S.A. ("Companhia" ou "Tex") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo. Controlada pela Total Express Holding LLC (Tex Holding). Com mais de 30 anos de existência, a Companhia tem como atividade principal a oferta de um amplo e diversificado portfólio de soluções logísticas para atender os seus clientes. A Tex atende desde o pequeno e médio comércio até os gigantes do varejo, incluindo operações complexas de diversas indústrias, com capilaridade e abrangência em todo o território nacional. A Tex é responsável pela entrega de uma grande variedade de cargas, das mais variadas origens para os mais variados destinos, com velocidade e foco na excelência. 2. Políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. a) Critérios gerais de elaboração e divulgação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Eles são considerados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais que estão classificados integralmente no não circulante. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia efetuou análises e concluiu não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado. c) Aprovação das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de abril de 2025. 2.2. Base de consolidação das demonstrações financeiras: A base de consolidação da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, inclui a controlada integral AnVia Serviços Aéreos Ltda., que possui como principal objeto social a prestação de serviços de transporte aéreo de cargas, sediada em Barueri-SP. A Companhia detém 100% de participação, conforme descrito na Nota 8. Em relação ao controle podemos dizer que: • Poder em relação à investida (ou seja, diretos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ao direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos na controlada são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial. 2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Table with 3 columns: Pronunciamento, Descrição, Aplicável a períodos anuais com início em ou após. Rows include Alterações ao CPC03/ Definição e divulgação de informações adicionais para IAS 7 e CPC 40/IFRS 7 financiamento de fornecedores, Alterações ao CPC 26/IAS 1 Definição da mudança na divulgação de passivos de longo prazo com covenants e classificação do passivo como circulante ou não circulante, etc.

A Companhia irá avaliar os impactos decorrentes dos novos pronunciamentos e interpretações até a data de sua efetiva exigência. 2.4. Apresentação de informações por segmentos: Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todos os resultados da Companhia são revisados frequentemente por uma única Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados e para a avaliação de seu desempenho, nesse sentido a Diretoria concluiu que possui apenas um único segmento denominado "Transporte". 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, a contar da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. 2.6. Instrumentos financeiros: A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de gerenciar a exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de swap, que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, são, a cada data de balanço subsequente, remensurados ao seu valor justo através do registro dos juros, da correção monetária, da variação cambial e das variações decorrentes da avaliação ao valor justo, na linha de receitas ou despesas financeiras do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9/CPC 48. A principal fator de risco que a Companhia está está descritos na nota 4. 2.7. Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se e as perdas de impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade finan-

ceira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor normalmente não consideraria; (iv) Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado de ativos para aquele emissor devido à dificuldade das financeiras. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.8. Contas a receber de clientes: Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da perda de cada carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. A Companhia estima as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa com base no modelo permissivo pelo CPC 48/IFRS9, com base no histórico de pagamento de cada cliente e verificada uma pontuação ponderada de crédito do mesmo (Nota de crédito) em conjunto com a idade (aging) dos seus títulos a receber e a expectativa de perdas futuras. A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis, constituindo provisão para liquidação de créditos duvidosos conforme regra de crédito e idade dos títulos e todos os títulos cujo processo de recebimento esteja sob âmbito judicial. 2.9. Ativos intangíveis: Sistemas de computação (software): As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las, acrescidos dos custos incorridos para deixar os softwares prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Desenvolvimento: Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas com o desenvolvimento de softwares. Outros gastos com desenvolvimento de softwares não são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, apresentadas na nota 9. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. 2.10. Imobilizado: É mensurado pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais resultantes da vida útil econômica estimada desses ativos, de acordo com as suas divulgações de nota 10. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são incluídos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. 2.11. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável estimado. O valor justo de um ativo é determinado com base no preço de venda e do seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. 2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: O resultado de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Para melhor visualização dos valores de tributos a compensar foram apresentados de forma segregada para melhor interpretação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, diferidos atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que se definiram que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e contra o qual as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser usados. 2.13. Demonstrações dos resultados: Reconhecimento da receita: i) Receita de vendas de serviços: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. A receita dos serviços de transporte é reconhecida ao longo do tempo conforme o progresso do transporte de sua origem até seu destino final com base na etapa do transporte em que se encontra a mercadoria transportada e os custos incorridos em relação aos custos totais estimados. Para os serviços de logística, que compreendem armazenagem e fulfillment, a receita é reconhecida no período em que os produtos são recebidos. A Companhia reconhece o maior valor de receitas para mercadorias em trânsito e ainda não entregues; ii) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subvencões e assistências governamentais: As subvencões e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do exercício de fruição do benefício e, posteriormente, são classificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Benefícios fiscais de ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais, por meio do convênio ICMS 160/1996, que concede aos estabelecimentos prestadores de serviço de transporte um crédito presumido de 20% proporcional ao valor do ICMS devido na prestação dos serviços de transporte, que é adotado, opcionalmente, pela Companhia, em substituição ao sistema de tributação previsto na legislação estadual. 2.14. Direito de uso e arrendamento mercantil: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controle o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação de valor. O maior valor entre o valor justo de receitas para mercadorias em mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota 2.7 Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente

Table with 6 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais), 2024, 2023, Variação, 2024, 2023, Variação. Rows include Descrição da conta, Receitas, Venda de mercadorias e serviços, Outras receitas, Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição, Insumos adquiridos de terceiros, Custo das mercadorias e serviços vendidos, Materiais, energia, serviços de terceiros e outros, Valor adicionado bruto, Depreciação, amortização e exaustão, Valor adicionado líquido produzido, Valor adicionado recebido em transferência, Receitas financeiras, Resultado de equivalência patrimonial, Subvencões governamentais, Valor adicionado total a distribuir, Distribuição do valor adicionado, Pessoal e encargos, Remuneração direta, Benefícios, FGTS, Impostos, taxas e contribuições, Federais, Estaduais, Municipais, Remuneração de capital de terceiros, Juros, Aluguéis, Remuneração de capitais próprios, Dividendos, Lucros retidos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia, no contexto do contrato de arrendamento da aeronave da AnVia, registrou os passivos considerando a data mínima de obrigação de devolução da aeronave. Contudo, a Companhia possui a opção de continuar o arrendamento após esse prazo mínimo, dependendo do cumprimento dos ciclos de voo, que são indicadores da vida útil da aeronave. Esses ciclos representam o uso da aeronave e são um fator a ser considerado. 2.15. Questões climáticas: A Companhia considera que, neste momento, os riscos relacionados às mudanças climáticas não tenham impactos significativos na mensuração de seus ativos, passivos; ainda assim, esses riscos são monitorados. Além disso, a obstrução de vias e da infraestrutura de transporte por eventos climáticos extremos ou não habituais não é considerada um risco relevante, dado o contexto operacional e geográfico atual. No entanto, considerando sua atuação no setor de transporte rodoviário de cargas, a empresa reconhece que fenômenos climáticos extremos ou não habituais como chuvas intensas, tempestades e alagamentos, representam um risco potencial ao desempenho das suas atividades operacionais, pois dependendo de sua magnitude e localização, podem afetar as rotas e infraestruturas logísticas com o risco de impactar negativamente os resultados da Companhia, como no caso das chuvas no Rio Grande do Sul. Em alinhamento com boas práticas ambientais, a empresa está comprometida com a redução das emissões de gases de efeito estufa, buscando melhorias na eficiência energética da frota e adotando práticas sustentáveis na operação logística, tais como otimização de rotas e uso de tecnologias que minimizam o impacto ambiental e utilização/otimização do uso de materiais sustentáveis nas embalagens e palletização das cargas transportadas. A empresa também permanece atenta às exigências regulatórias e às melhores práticas globais relacionadas à gestão climática, promovendo atualizações constantes em seus procedimentos operacionais e estratégicos.

★ continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de demandas judiciais. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração faz os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: a) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (grupo como arrendatário); a Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e em períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito significativo significativo na operação da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento, uma vez que a Companhia normalmente aluga-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. A nota 15 inclui mais informações sobre possíveis pagamentos futuros de aluguel relacionados a períodos após a data de exercício das opções de renovação e rescisão que não estão incluídas no prazo do arrendamento. b) **Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito do uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como, por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. c) **Vidas úteis de ativos imobilizado e intangíveis:** Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, apresentadas a seguir:

	2024	2023
<b>Antivos:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	119.173	119.173
Títulos e valores mobiliários	2.391	2.391
Contas a receber	291.721	291.721
<b>Warrants</b>	<b>1.017</b>	<b>1.017</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>413.285</b>	<b>414.302</b>
<b>Passivo:</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	(145.819)	(145.819)
Empréstimos e financiamentos	(192.365)	(192.365)
Arrendamentos mercantis	(177.064)	(177.064)
<b>Total do passivo</b>	<b>(515.248)</b>	<b>(515.248)</b>

	2024	2023
<b>Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:</b>		
Controladora	2024	2023
2024	27.363	11.423
2023	86.600	107.750
<b>Total</b>	<b>113.963</b>	<b>119.173</b>

6.3. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(12.267)	(12.267)
Adição	(11.440)	(11.440)
Baixas	3.373	3.373
Reversão	2.388	2.388
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(17.946)</b>	<b>(17.946)</b>
Adição	(4.577)	(4.577)
Baixas	453	453
Reversão	380	380
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(21.690)</b>	<b>(21.690)</b>

7. Adiantamentos a fornecedores e outros:

	Controladora	Consolidado
Adiantamentos a empregados	890	1.148
Adiantamentos a fornecedores	14.772	15.524
Despesas pagas antecipadamente	1.430	1.724
Prêmios de seguro a apropriar	7.542	7.891
Outros	2.015	1.758
<b>Total</b>	<b>26.649</b>	<b>28.045</b>

8. Investimentos em Controlada: A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.699	7.699
Resultado de equivalência patrimonial	(11.657)	(11.657)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(3.958)</b>	<b>(3.958)</b>
Passivo a descoberto em controladas	(3.958)	(3.958)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(3.958)</b>	<b>(3.958)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(1.202)	(1.202)
Aumento de capital	15.722	15.722
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>10.562</b>	<b>10.562</b>

Em 31/10/2024, foi realizado o aumento de capital da controlada Anívia Serviços Aéreos Ltda. no valor de R\$ 15.722. As novas quotas foram subscritas e integralizadas mediante a conversão de créditos anteriormente adiantados pela única sócia à Sociedade. As principais informações financeiras da controlada podem ser assim apresentadas:

	Controladora	Consolidado
Ativo	22.349	20.073
Passivo	11.787	24.031
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>10.562</b>	<b>(3.958)</b>
Prejuízo do exercício	(1.202)	(11.657)

**Saldo em 31 de dezembro de 2023**

**Antivos:**

Caixa e equivalentes de caixa 119.173 - 119.173

Títulos e valores mobiliários 2.391 - 2.391

Contas a receber 291.721 - 291.721

**Warrants** 1.017 - 1.017

**Total do ativo** 413.285 - 414.302

**Passivo:**

Fornecedores e outras contas a pagar (145.819) - (145.819)

Empréstimos e financiamentos (192.365) - (192.365)

Arrendamentos mercantis (177.064) - (177.064)

**Total do passivo** (515.248) - (515.248)

Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2024 e 2023.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
2024	2024	2023
2024	27.363	11.423
2023	86.600	107.750
<b>Total</b>	<b>113.963</b>	<b>119.173</b>

Bancos conta movimento 86.600 107.750 86.600 107.750

Certificados de depósitos bancários (I) 113.963 119.173 114.310 119.861

(I) Remunerados, em 31 de dezembro de 2024, por taxas médias que variam entre 80% e 103% do CDI (100% e 103% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento sem perda significativa de valor.

6. Contas a receber de clientes: 6.1. Contas a receber:

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
2024	256.463	198.560
2023	98.060	111.351
<b>Total</b>	<b>354.523</b>	<b>309.911</b>

Serviços de distribuição 98.060 111.351 98.060 111.351

Serviços de distribuição - CTCRC's a faturar (I) 354.523 309.911 354.605 309.911

(21.690) (17.946) (21.690) (17.946)

332.833 291.965 332.915 291.965

332.662 291.721 332.744 291.721

9. Intangível:

Circulante 171 244 171 244

Não circulante - - - -

(I) Serviços de distribuição - CTE's a Faturar - são serviços já prestados e reconhecidos ao resultado pelo regime de competência, que ainda não tiveram seus processos de cobrança iniciados.

6.2. Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2024	2023
2024	257.470	174.091
2023	40.836	81.355
<b>Total</b>	<b>498.306</b>	<b>255.446</b>

A vencer:

Vencíveis:

Até 30 dias 40.836 81.355 40.836 81.355

De 31 a 60 dias 5.878 11.588 5.878 11.588

De 61 a 90 dias 9.915 5.011 9.915 5.011

De 91 a 180 dias 7.426 7.983 7.426 7.983

De 181 a 360 dias 5.778 4.354 5.778 4.354

Há mais de 360 dias 27.220 25.529 27.220 25.529

354.523 309.911 354.605 309.911

(21.690) (17.946) (21.690) (17.946)

332.833 291.965 332.915 291.965

10. Imobilizado:

Máquinas e equipamentos 28.416 68 - 53.331 81.815 28.416 68

Móveis e utensílios 47.917 35.273 - (53.331) 29.859 47.917 35.273

Equipamentos de informática 76.333 35.341 - 111.674 76.333 35.407

Benfeitorias em imóveis de terceiros (7.318) (10.271) - (17.589) (7.318) (10.271)

Partes e peças aeronáuticas - - - - - -

Imobilizado em andamento - - - - - -

**Total do Custo do Imobilizado** (7.318) (10.271) - (17.589) (7.318) (10.271) - (17.589)

Máquinas e equipamentos 64.226 (20.992) (129) 43.450 86.955 64.289 (20.602) (129) 43.450 87.008

Móveis e utensílios 29.859 38.908 - (43.450) 25.317 29.859 38.908 - (43.450) 25.317

Equipamentos de informática 94.085 18.136 (129) - 112.272 94.148 18.306 (129) - 112.325

Benfeitorias em imóveis de terceiros - - - - - -

Partes e peças aeronáuticas - - - - - -

Imobilizado em andamento - - - - - -

**Total do Imobilizado Líquido** 94.085 18.136 (129) - 112.272 94.148 18.306 (129) - 112.325

11. Fornecedores e outras contas a pagar:

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
2024	163.059	145.709
2023	3.461	110
<b>Total</b>	<b>166.520</b>	<b>145.819</b>

12. Operações de risco sacado:

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
2024	9.748	23.916
2023	9.748	23.916
<b>Total</b>	<b>19.496</b>	<b>47.832</b>

13. Obrigações trabalhistas: Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem salários e contribuições para a seguridade social e participação nos lucros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
2024	8.116	7.580
2023	9.057	13.663
<b>Total</b>	<b>17.173</b>	<b>21.243</b>

14.2. Movimentações dos empréstimos e financiamentos: Os saldos e as movimentações destes empréstimos estão abaixo:

	Controladora e Consolidado
2024	2023
2024	9.748
2023	9.748
<b>Total</b>	<b>19.496</b>

15. Direito de uso e arrendamento mercantil: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. 15.1. Direito de uso: A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
2024	64.400	78.214
2023	78.214	40.715
<b>Total</b>	<b>142.614</b>	<b>118.929</b>

16. Saldo em 31 de dezembro de 2024

	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	113.963	-	113.963
Títulos e valores mobiliários	1.132	-	1.132
Contas a receber	332.832	-	332.832
<b>Warrants</b>	<b>852</b>	<b>852</b>	<b>1.704</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>447.927</b>	<b>852</b>	<b>448.779</b>
<b>Passivo:</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	(166.520)	-	(166.520)
Empréstimos e financiamentos	(259.350)	-	(259.350)
Arrendamentos mercantis	(190.219)	-	(190.219)
<b>Total do passivo</b>	<b>(616.089)</b>	<b>-</b>	<b>(616.089)</b>

15.1. Direito de uso e arrendamento mercantil: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. 15.1. Direito de uso: A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

	Controladora	Consolidado
2024	2023	2024
2024	64.400	78.214
2023	78.214	40.715
<b>Total</b>	<b>142.614</b>	<b>118.929</b>

15.2. Movimentações dos empréstimos e financiamentos: Os saldos e as movimentações destes empréstimos estão abaixo:

	Controladora e Consolidado
2024	2023
2024	9.748
2023	9.748
<b>Total</b>	<b>19.496</b>

6.3. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(12.267)	(12.267)
Adição	(11.440)	(11.440)
Baixas	3.373	3.373
Reversão	2.388	2.388
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(17.946)</b>	<b>(17.946)</b>
Adição	(4.577)	(4.577)
Baixas	453	453
Reversão	380	380
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(21.690)</b>	<b>(21.690)</b>

7. Adiantamentos a fornecedores e outros:

	Controladora	Consolidado
Adiantamentos a empregados	890	1.148
Adiantamentos a fornecedores	14.772	15.524
Despesas pagas antecipadamente	1.430	1.724
Prêmios de seguro a apropriar	7.542	7.891
Outros	2.015	1.758
<b>Total</b>	<b>26.649</b>	<b>28.045</b>

8. Investimentos em Controlada: A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.699	7.699
Resultado de equivalência patrimonial	(11.657)	(11.657)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(3.958)</b>	<b>(3.958)</b>
Passivo a descoberto em controladas	(3.958)	(3.958)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(3.958)</b>	<b>(3.958)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(1.202)	(1.202)
Aumento de capital	15.722	15.722
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>10.562</b>	<b>10.562</b>

Em 31/10/2024, foi realizado o aumento de capital da controlada Anívia Serviços Aéreos Ltda. no valor de R\$ 15.722. As novas quotas foram subscritas e integralizadas mediante a conversão de créditos anteriormente adiantados pela única sócia à Sociedade. As principais informações financeiras da controlada podem ser assim apresentadas:

	Controladora	Consolidado
Ativo	22.349	20.073
Passivo	11.787	24.031
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>10.562</b>	<b>(3.958)</b>
Prejuízo do exercício	(1.202)	(11.657)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	81.815	1.101
Adições/amortização	29.859	38.908
Baixas/transfêrências	(43.450)	(43.450)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>111.674</b>	<b>40.009</b>

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	28.416	68
Adições/amortização	47.917	35.273
Baixas/transfêrências	(53.331)	(53.331)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>22.998</b>	<b>35.273</b>
Adições/amortização	94.085	18.136
Baixas/transfêrências	(129)	(129)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>94.085</b>	<b>18.136</b>

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	11.499	(3.888)
Adições/amortização	23.048	(3.249)
Baixas/transfêrências	(9.103)	(2.204)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>25.444</b>	<b>(9.341)</b>
Adições/amortização	3.877	24.749
Baixas/transfêrências	(25.478)	(25.977)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>(3.724)</b>	<b>(6.529)</b>

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	30.856	1.935
Adições/amortização	6.820	373
Baixas/transfêrências	(20.372)	2.000
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>17.304</b>	<b>4.308</b>
Adições/amortização	43.137	224
Baixas/transfêrências	(170)	(170)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>43</b>	

★ continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total	Imóveis	Veículos	Total
Vida útil	2 a 15 anos	4 anos	2 anos	2 a 15 anos	4 anos	2 anos
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	96.879	66.155	163.034	96.879	66.155	175.723
Adições	16.261	16.450	32.711	16.261	16.450	32.711
Baixas	(1.179)	-	(1.179)	(1.179)	-	(1.179)
Amortizações	(28.617)	(18.860)	(47.477)	(28.617)	(18.860)	(53.479)
Remensurações (i)	32.547	(19.372)	13.175	32.547	(19.372)	12.213
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	115.891	44.373	160.264	115.891	44.373	165.989

(i) Refere-se à locação de aeronave Boeing modelo B737-330F ano 1991 em uso na operação da Anívia. (ii) Refere-se a aditivos relacionados à vigência e revisão de taxa de contrato.

15.2. Passivos de arrendamento mercantil: Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	129.266	47.798	177.064	6.791	129.266	47.798
Adições	48.985	-	7.645	48.985	-	7.645
Baixas	(4.779)	-	(4.779)	-	-	-
Apropriação de juros	16.534	4.611	781	16.534	4.611	781
Pagamentos	(47.313)	(22.646)	(3.515)	(47.313)	(22.646)	(3.515)
Remensurações	8.132	4.839	(119)	8.132	4.839	(119)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	150.825	34.602	4.792	150.825	34.602	4.792
<b>Circulante</b>	31.596	20.963	2.620	31.596	20.963	2.620
<b>Não circulante</b>	119.229	13.639	2.172	119.229	13.639	2.172

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	107.517	67.223	174.740	107.517	67.223	187.429
Adições	16.261	16.450	32.711	16.261	16.450	32.711
Baixas	(1.336)	-	(1.336)	(1.336)	-	(1.336)
Apropriação de juros	13.731	6.780	20.511	13.731	6.780	21.208
Pagamentos	(39.454)	(23.283)	(62.737)	(39.454)	(23.283)	(68.370)
Remensurações (ii)	32.547	(19.372)	13.175	32.547	(19.372)	12.213
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	129.266	47.798	177.064	6.791	129.266	47.798
<b>Circulante</b>	28.045	17.731	45.776	28.045	17.731	51.484
<b>Não circulante</b>	101.221	30.067	131.288	101.221	30.067	132.314

(i) Refere-se à locação de aeronave Boeing modelo B737-330F ano 1991 em uso na operação da Anívia. (ii) Refere-se a aditivos relacionados à vigência e revisão de taxa de contratos firmados em 2023 e 2022.

**Arrendamentos:** Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos a Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. Informamos abaixo o impacto no balanço dos juros nominais embutidos:

	Controladora	Consolidado
Fluxo Nominal	241.982	249.099
(-) Juros embutidos	(51.763)	(52.095)
	190.219	197.004

O cronograma anual de pagamentos dos referidos contratos, é como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	55.179	61.964
2026	45.241	45.241
2027	30.016	30.016
2028	28.720	28.720
2029 a 2034	31.063	31.063
	190.219	197.004

**16. Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar:**

	Controladora	Consolidado
<b>Parcelamentos</b>	49.976	74.174
ICMS (i)	18.477	31.455
PIFPT	1.014	2.066
INSS	-	67
PARCELAMENTO 10A - Federal	11.466	13.557
PARCELAMENTO 10A - INSS	7.680	11.583
PARCELAMENTO FEDERAL (simplificado) (ii)	11.339	15.446
<b>Tributos correntes</b>	22.742	26.422
COFINS	5.909	4.922
ICMS	9.275	16.057
PIS	1.158	957
INSS	3.418	3.138
Imposto de renda e contribuição social	1.348	-
Outros	1.634	1.348
<b>Circulante</b>	72.718	100.596
<b>Não circulante</b>	28.793	47.609

(i) A Companhia obteve junto às Secretarias da Fazenda de diversos Estados, autorização para o parcelamento do ICMS, cujos prazos variam entre 24 e 84 parcelas. (ii) Parcelamento simplificado referente aos tributos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL corrente.

As movimentações ocorridas nos parcelamentos podem ser assim demonstradas:

	ICMS	PERT	INSS	10A Simplificado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	31.455	2.066	67	25.140	15.446
Atualização Monetária	1.924	141	20	1.788	1.183
Juros	643	-	-	-	643
Pagamentos	(15.545)	(1.193)	(87)	(7.782)	(5.290)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	18.477	1.014	-	19.146	11.339
<b>Circulante</b>	6.688	1.014	-	8.050	5.489
<b>Não circulante</b>	11.789	-	-	11.096	5.850

(i) A Companhia obteve junto às Secretarias da Fazenda de diversos Estados, autorização para o parcelamento do ICMS, cujos prazos variam entre 24 e 84 parcelas. (ii) Parcelamento simplificado referente aos tributos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL corrente.

As movimentações ocorridas nos parcelamentos podem ser assim demonstradas:

	ICMS	PERT	INSS	10A Simplificado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	44.555	2.881	151	26.671	12.417
Adição	-	-	-	-	2.162
Atualização Monetária	3.180	262	11	2.778	1.841
Juros	4.008	(2)	-	-	3.928
Pagamentos	(15.749)	(1.077)	(93)	(4.309)	(4.902)
Reversão de Juros (i)	(4.539)	-	-	-	(4.539)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	31.455	2.066	67	25.140	15.446
<b>Circulante</b>	12.901	1.127	67	7.442	5.027
<b>Não circulante</b>	18.554	939	-	17.698	10.419

(i) Em 24.03.2023, foi publicada a Lei nº 11.785/2023, que institui o Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais relativos a ICMS (REFIS - 2023), no Estado do Espírito Santo, ao qual a Companhia fez a adesão trazendo um benefício aos casos que já existiam.

**17. Imposto de renda e contribuição social:** 17.1. Imposto de renda e contribuição social a compensar: O saldo de impostos de renda e contribuição social a compensar referem-se a pagamentos antecipados por estimativas e imposto retido na fonte conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
<b>Imposto de renda a compensar</b>	13.950	7.163
<b>Contribuição social a compensar</b>	2.831	968
	16.781	8.131

17.2. O saldo dos ativos de impostos diferido está demonstrado a seguir: A Companhia detém um saldo histórico de prejuízos fiscais, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi baseada em projeções futuras do resultado tributável, preparada pelos gestores dos negócios e aprovadas pela Administração da Companhia.

	Controladora	Consolidado
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais</b>	22.129	30.352
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias:</b>		
Arrendamento mercantil CPC 06	7.101	5.712
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	223	462
Participação dos empregados nos lucros	3.079	6.845
Provisão para passivos judiciais	2.908	4.020
Provisão para fornecedores (i)	19.279	15.295
Outras provisões	1.078	-
	55.797	60.486

(i) Provisões para registro da despesa na competência adequada, sendo em sua maioria os custos relacionados à operação logística.

**17.3. A movimentação dos ativos de impostos diferidos durante o exercício é a seguinte:**

	Controladora	Consolidado
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social</b>	30.352	(8.223)
<b>Diferenças temporárias</b>	30.134	3.534
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	60.486	(4.689)

	Controladora	Consolidado
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social</b>	34.029	(7.727)
<b>Diferenças temporárias</b>	32.411	26.302
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	66.440	(5.385)

	Controladora	Consolidado
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social</b>	30.352	(8.223)
<b>Diferenças temporárias</b>	30.134	3.534
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	60.486	(4.689)

	Controladora	Consolidado
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social</b>	34.029	(7.727)
<b>Diferenças temporárias</b>	32.411	26.302
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	66.440	(5.385)

	Controladora	Consolidado
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social</b>	30.352	(8.223)
<b>Diferenças temporárias</b>	30.134	3.534
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	60.486	(4.689)

**Diretoria**

**Felipe Alves Lima - Diretor-Presidente**

**Fernando Peternella de Souza - Diretor Financeiro**

**Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras**

Nos termos da Instrução CVM nº 80/2022, os diretores da Tex Courier S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

**Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente**

Nos termos da Instrução CVM nº 80/2022, os diretores da Tex Courier S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., emitido em 16 de abril de 2025; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas da Tex Courier S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tex Courier S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Reconhecimento de receita operacional: A Companhia presta serviços que são reconhecidos como receita no seu resultado conforme as obrigações de performance são satisfeitas. O alto volume de vendas requer processos que garantam a integridade das operações. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as operações dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. Como a nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para reconhecimento e mensuração dos serviços; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contando com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no período; (v) teste de corte de competência das receitas, com verificação de documentação comprovando a obrigação de performance e dentro da competência correta; e (vi) análise das movimentações mensais das receitas utilizando dados agregados e desagregados de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com

**21. Despesas por natureza:** O detalhamento das despesas por natureza é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depreciação	(12.679)	(13.811)	(14.798)	(14.393)
Amortização	(77.927)	(57.748)	(83.134)	(63.753)
Remuneração	(394.740)	(361.252)	(402.418)	(365.114)
Operação e logística (i)	(1.108.268)	(1.040.436)	(1.093.693)	(1.046.181)
Vendas	(58.645)	(24.962)	(18.645)	(24.962)
Outros	(13.853)	(15.256)	(14.948)	(15.832)

**Total do custo com serviços prestados, despesas com vendas e despesas administrativas** (1.627.112) (1.513.465) (1.627.636) (1.530.235)  
**Custos dos serviços prestados** (1.409.653) (1.304.624) (1.410.120) (1.316.424)  
**Despesas com vendas** (55.841) (58.537) (55.841) (55.537)  
**Despesas administrativas** (161.618) (160.304) (161.675) (155.274)  
**Total** (1.627.112) (1.513.465) (1.627.636) (1.530.235)

(i) Operações e logística são os gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição.

**22. Outras receitas e despesas:** 22.1. Outras receitas operacionais:

	Controladora	Consolidado		
<b>2024</b>	2023	2024	2023	
<b>Crédito presumido de ICMS (i)</b>	29.534	30.070	29.534	30.070
<b>Resultado líquido na venda de imobilizado</b>	478	2.042	478	2.042
<b>Outras receitas</b>	635	12	635	12
	30.647	32.124	30.647	32.124

(i) Valor referente a benefício fiscal concedido, em conformidade com a Lei Complementar nº 160/2017, onde a Companhia deixou de computar, na determinação da base de cálculo do lucro real, os créditos presumidos de ICMS. O montante reflete o movimento no Patrimônio Líquido constituindo a reserva de subvenção.

**22.2. Outras despesas operacionais:**

	Controladora	Consolidado		
<b>2024</b>	2023	2024	2023	
<b>Despesas com warrants</b>	(252)	(165)	(252)	(165)
<b>Multas fiscais e contratuais</b>	(452)	(1.094)	(452)	(1.094)
<b>Doações (i)</b>	(350)	(949)	(350)	(949)
<b>Outras despesas</b>	(1.046)	(2.140)	(1.072)	(2.140)
	(2.100)	(4.348)	(2.126)	(4.348)

(i) Doações por Incentivo à Cultura através da Lei 8.313/91 - Lei Rouanet.

**23. Resultado financeiro:**

	Controladora	Consolidado	
<b>2024</b>	2023	2024	2023
<b>Receitas:</b>			



**VATICANO**

# Papa Francisco: velório aberto começa hoje, funeral será no sábado

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Nesta quarta-feira, o caixão com o corpo do Papa Francisco será trasladado da capela da Casa de Santa Marta para a Basílica de São Pedro, onde fiéis poderão despedir-se do pontífice. As informações foram divulgadas pelo Vaticano.

Em nota, a Santa Sé informou ainda os horários para visitação de fiéis à Basílica de São Pedro: na quarta-feira, das 11h à meia-noite; na quinta-feira (24), das 7h à meia-noite; e na sexta-feira (25), das 7h às 19h.

O funeral de Francisco foi agendado para o próximo sá-

bado (26), a partir das 10h, na própria Basílica de São Pedro. De lá, o caixão contendo o corpo será levado para a Basílica de Santa Maria Maior, onde será sepultado, conforme pedido do pontífice.

A cerimônia, conhecida como Missa de Exéquias, marca o primeiro dia do Novendiali ou nove dias de luto e orações em honra ao Papa. A celebração, no átrio da basílica, será presidida pelo cardeal Giovanni Battista Re, decano do Colégio Cardinalício.

Ao final, ocorrerão os ritos da Última Commendatio e da Valedictio — despedidas solenes que marcam o encerramento das exéquias.

# Morte do Papa: 'tudo aconteceu muito rápido', diz Vaticano

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Papa Francisco começou a apresentar sinais de doença súbita por volta de 5h30 (horário local) da última segunda-feira. Cerca de uma hora depois, logo após acenar com a mão para seu enfermeiro pessoal, em gesto de despedida, o pontífice entrou em coma. As informações foram divulgadas ontem pelo Vaticano.

"De acordo com os que estavam com ele em seus momentos finais, Francisco não sofreu. Tudo aconteceu muito rápido", destacou o Vaticano,

em comunicado. "Foi uma morte discreta, quase repentina, sem longo sofrimento ou alarme público, para um Papa que sempre foi muito reservado em relação à sua saúde."

Francisco morreu às 7h35 (horário local), no dia seguinte à Páscoa, quando fez uma breve aparição na sacada da Basílica de São Pedro e ofereceu a bênção Urbi et Orbi (Para a cidade e para o mundo, na tradução literal). De acordo com o Departamento de Celebrações Litúrgicas do Vaticano, o funeral será realizado no próximo sábado.

# Manifestações contra guerras marcaram papado de Francisco

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Os 12 anos do pontificado do Papa Francisco foram marcados pelas recorrentes denúncias do chefe da Igreja Católica contra as guerras em curso no mundo, em especial, os conflitos na Faixa de Gaza e na Ucrânia, mas também as guerras no Sudão, no Congo, no Líbano, no Iêmen e na Síria.

Na última aparição pública no domingo de Páscoa, o Papa Francisco, mais uma vez, apelou pela paz na Ucrânia e pelo cessar-fogo em Gaza.

Foram diversas as manifestações do líder católico sobre Gaza. Quase todas as noites, ele ligava para a paróquia do enclave palestino para saber como a comunidade local estava. "É com dor que penso em Gaza. Ontem foram bombardeadas crianças. Isto é crueldade. Isto não é guerra", disse Francisco no discurso do Natal de 2024.

O papa Francisco sugeriu que a comunidade global deveria estudar se a investida militar de Israel em Gaza constitui um genocídio do povo palestino. O chefe da Igreja também vinha defendendo a entrada de ajuda humanitária em Gaza, o que vem sendo impedido por Israel.

Além disso, ele criticou os supostos excessos militares de Israel. "A defesa deve ser sempre proporcional ao ataque. Quando há algo desproporcional, você vê uma tendência de dominação que vai além da moralidade", comentou em setembro de 2024.

O padre Gabriel Romanelli, que lidera a paróquia de Gaza, contou que falou com o Papa, a última vez, no sábado passado.

"Esperamos que os apelos que ele fez sejam atendidos: que as bombas sejam silenciadas, que esta guerra termine, que os reféns e prisioneiros sejam libertados e que a ajuda humanitária à população possa ser retomada e chegar de forma consistente", disse Romanelli ao Vaticano News.

**PRIMEIRA TURMA**

# STF torna réus denunciados pela 'gerência' do golpe

RAYSSA MOTTA/AE

Em votação unânime, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu ontem, a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) que atribui a "gerência" do plano de golpe a seis auxiliares que fizeram parte do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Com a decisão, o grupo vai responder a um processo penal por cinco crimes - organização criminosa armada, golpe de estado, tentativa de abolição violenta do estado democrático, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União.

Os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin votaram para tornar réus todos os denunciados do núcleo dois do golpe.

"Nunca é demais nós recordarmos que o Brasil sofreu uma tentativa de golpe. Obviamente cada um dos denunciados terá toda a ação penal para provar que ele não participou, mas não é possível negar que houve no dia 8 de janeiro de 2023 a tentativa de golpe de estado. Em virtude da violência, a materialidade é extremamente clara", defendeu Alexandre de Moraes, que é o relator do caso. Veja quem vai responder pela "gerência" do plano de golpe:

- Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF);
- Marília Ferreira de Alencar, ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça e Seguran-

ça Pública;

- Fernando de Sousa Oliveira, ex-diretor de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

- Filipe Martins, ex-assessor de Assuntos Internacionais da Presidência;

- Coronel Marcelo Costa Câmara, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro;

- General Mário Fernandes, ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência.

Segundo a denúncia, Silvinei Vasques, Marília Alencar e Fernando de Sousa Oliveira usaram a PRF e a estrutura do Ministério da Justiça para beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. Eles teriam produzido relatórios de inteligência para montar operações que dificultassem o voto de eleitores do Nordeste, reducto histórico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A PGR afirma que os três "coordenaram o emprego de forças policiais para sustentar a permanência ilegítima" do ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. Segundo a denúncia, eles tentaram "minar o sistema democrático pelo uso da força inerente à estrutura policial do Estado, mediante ações de embaraço e intimidação de eleitores".

Mário Fernandes foi acusado de coordenar "ações de monitoramento e neutralização violenta de autoridades públicas", em conjunto com Marcelo Câmara, no que ficou conhecido como Plano Punhal Verde e Amarelo, e de fazer a interlocução com lideranças populares ligadas aos atos golpistas do 8 de Janeiro de 2023.

# Moraes critica proposta de anistia para golpistas do 8 de Janeiro

RAYSSA MOTTA/AE

Ao votar ontem, para tornar réus os denunciados pela "gerência" do plano de golpe, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou o projeto de anistia para os golpistas do 8 de Janeiro de 2023.

O ministro voltou a exibir vídeos do quebra-quebra na Praça dos Três Poderes, como fez no julgamento do recebimento da denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e comparou a invasão dos prédios do STF, do Congresso e do Palácio do Planalto a invasões de domicílio.

Moraes pediu que as pessoas de "boa-fé" reflitam sobre a violência dos atos golpistas e questionou: "Se um grupo armado organizado ingressasse na sua casa, destruísse tudo, mas com a finalidade de fazer o seu vizinho mandar na sua casa, ou seja, de afastar você e sua família do comando da sua casa, com violência, destruição, bombas, você pediria anistia para essas pessoas? Se fosse na sua casa, haveria? Então por que no Brasil, na democracia, na tentativa de quebra do estado democrático de direito, tantas pessoas defendem isso?"

O deputado Sóstenes Cavalcante (RI), líder do PL na Câmara, conseguiu 262 assinaturas de apoio ao requerimento de urgência para o projeto de anistia, cinco a mais do que o mínimo necessário. Cabe ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pautar a tramitação prioritária do projeto.

Alexandre de Moraes é o relator do inquérito do golpe e das ações penais que venham a ser abertas a partir da investigação.

Alexandre de Moraes é o relator do inquérito do golpe e das ações penais que venham a ser abertas a partir da investigação.

Moraes também rebateu os questionamentos sobre sua im-

parcialidade para conduzir o inquérito do golpe. As defesas alegam que ele não poderia relatar ações derivadas da investigação porque a denúncia menciona uma suposta operação para executá-lo em meio ao golpe - o Plano Punhal Verde e Amarelo e a operação Copa 2022.

Os advogados dos denunciados tentam colar no ministro a pecha de vítima e julgador. Esse argumento tem sido rejeitado pelo STF. O tribunal trabalha com a noção de que a vítima de atos antidemocráticos é o Estado e não deve ser personalizada. Além disso, há precedentes que reconhecem que situações de impedimento criadas a posteriori não geram o afastamento dos magistrados.

Em seu voto, Alexandre de Moraes afirmou que "investigação não escolhe juiz". "Todos aqueles que repetem incessantemente essa ladainha deveriam saber - e alguns sabem - que há um artigo expresso no Código

de Processo Penal que prevê que o réu, o investigado, o indiciado não pode criar fatos supervenientes para provocar a suspeição ou provocar o impedimento do magistrado. Seria muito fácil, porque uma vez que ameaçasse um ministro, ele se daria por suspeito ou impedido, ameaçaria outro e outro, até chegar ao absurdo de nenhum dos ministros do Supremo Tribunal Federal poder analisar os fatos", rebateu o ministro.

Moraes também explicou que a denúncia da PGR não é por tentativa de homicídio e sim pelo plano de golpe. "Aqui não se está analisando nenhuma ameaça específica à pessoa física Alexandre de Moraes, não se está analisando denúncia por tentativa de homicídio contra a pessoa física Alexandre de Moraes, mesmo que ministro, o que se está analisando é uma série de fatos encadeados pela denúncia da PGR contra a instituição democrática Poder Judiciário."

Moraes afirmou que, com a instauração do processo, todas as acusações da Procuradoria-Geral da República precisarão ser comprovadas, caso contrário os réus serão absolvidos. "A presença de qualquer dúvida razoável leva à absolvição", explicou o ministro. Mas, segundo o relator, neste momento "vigora o princípio indubio pro sociedade", ou seja, a dúvida a favor da sociedade. "A descrição está amplamente satisfatória para os delitos imputados a cada um dos denunciados", completou Moraes.

A ministra Cármen Lúcia afirmou que as acusações são "graves" e serão apuradas "no seu devido tempo". "Falou-se tanto hoje aqui de Bíblia e de momento paschal que acabamos de viver. Neste caso, não há o que perdoar, sabiam o que estavam fazendo", criticou a ministra.

Esta é a segunda denúncia derivada do inquérito do golpe recebida pelo STF. Em março, a Primeira Turma abriu uma ação penal contra Bolsonaro e outros sete acusados de formar o "núcleo crucial" do plano golpista. Os julgamentos foram desmembrados segundo os cinco núcleos de atuação descritos pela PGR.

Neste segundo julgamento, a votação foi mais breve. A maior parte dos questionamentos processuais apresentados pelas defesas já haviam sido analisados e rejeitados no julgamento sobre a denúncia contra o núcleo crucial do golpe.

de cada denunciado só será analisada no julgamento do mérito das acusações.

Em seu voto, Alexandre de Moraes afirmou que, com a instauração do processo, todas as acusações da Procuradoria-Geral da República precisarão ser comprovadas, caso contrário os réus serão absolvidos. "A presença de qualquer dúvida razoável leva à absolvição", explicou o ministro. Mas, segundo o relator, neste momento "vigora o princípio indubio pro sociedade", ou seja, a dúvida a favor da sociedade. "A descrição está amplamente satisfatória para os delitos imputados a cada um dos denunciados", completou Moraes.

A ministra Cármen Lúcia afirmou que as acusações são "graves" e serão apuradas "no seu devido tempo". "Falou-se tanto hoje aqui de Bíblia e de momento paschal que acabamos de viver. Neste caso, não há o que perdoar, sabiam o que estavam fazendo", criticou a ministra.

Esta é a segunda denúncia derivada do inquérito do golpe recebida pelo STF. Em março, a Primeira Turma abriu uma ação penal contra Bolsonaro e outros sete acusados de formar o "núcleo crucial" do plano golpista. Os julgamentos foram desmembrados segundo os cinco núcleos de atuação descritos pela PGR.

Neste segundo julgamento, a votação foi mais breve. A maior parte dos questionamentos processuais apresentados pelas defesas já haviam sido analisados e rejeitados no julgamento sobre a denúncia contra o núcleo crucial do golpe.

**Nota****ALCOLUMBRE, MOTTA E BARROSO IRÃO COM LULA NO VELÓRIO DO PAPA FRANCISCO**

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre; da Câmara dos Deputados, Hugo Motta; e do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, deverão acompanhar o presidente Lula à Itália para participar do velório do Papa Francisco. O Palácio do Planalto disse que os três foram convidados e indicaram que iriam aceitar. A viagem está programada para amanhã. A assessoria da Presidência não informou se outras autoridades foram convidadas. A primeira-dama Jânina Lula da Silva também irá ao funeral.

**FERIADÃO**

# PRF registra 1.198 feridos e 86 mortes nas estradas

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou, durante os cinco dias da Operação Semana Santa e Tiradentes 2025, 1.038 sinistros em rodovias federais brasileiras. As ocorrências resultaram em 1.198 pessoas feridas e 86 mortes. Santa Catarina (145), Minas Gerais (118) e Paraná (110) ocupam os primeiros lugares no ranking de sinistralidade.

De acordo com balanço divulgado pela PRF ontem, em Brasília, 57.062 infrações foram contabilizadas no período. Ao todo, 118 mil pessoas e 96 mil veículos foram fiscalizados em todo o país ao longo do feriado prolongado.

"As estatísticas da operação trazem o excesso de velocidade, as ultrapassagens indevidas, o não uso do cinto de segurança e a alcoolemia ao volante ainda como as condutas irregulares e perigosas mais cometidas pelos condutores no feriadão", destacou a corporação em nota.

**ULTRAPASSAGENS**

Dentre as infrações figuram 4.875 ultrapassagens indevidas e 3.999 casos em que motoristas/passageiros deixaram de usar o cinto de segurança, além de 1.097 recusas ao teste do etilômetro, 158 constatações de consumo de álcool e 73 pessoas detidas por esse motivo.

Dados da PRF indicam, ainda, 61.687 imagens capturadas de veículos trafegando acima do limite de velocidade.